

Conflitos por terras na Amazônia

Resumo

A Amazônia, por meio do planejamento regional, sempre foi vista como a fronteira de recursos naturais do Brasil, representada pelas propostas a seguir:

- Projetos incentivados pela Sudam, voltados para a exploração da madeira e agropecuária;
- Projeto Grande Carajás, destinado à extração e exportação de minérios;
- Usinas hidrelétricas que exploram o potencial hídrico dos rios. As políticas responsáveis por esse planejamento regional transformaram a Amazônia em um grande investimento de capital.

Os grandes projetos e a construção de rodovias atraíram para a Amazônia grandes fluxos migratórios provenientes do Centro-Sul e do Nordeste.

Essa “conquista” da Amazônia desencadeou uma série de conflitos sociais envolvendo posseiros, grileiros, empresários, jagunços, empreiteiros, peões e indígenas. O resultado foi um grande número de mortos.

- Posseiros são agricultores que cultivam pequenos lotes, geralmente há muitos anos, mas não possuem o título de propriedade da terra. Eles têm a posse da terra, mas não os documentos legais registrados em cartórios, que garantem a sua propriedade. São vítimas de fazendeiros e empresas.
- Grileiros são agentes de grandes proprietários de terras que se apropriam ilegalmente de extensas porções de terras, mediante a falsificação de títulos de propriedade. Com a ajuda de capangas e jagunços, expulsam posseiros e índios das terras. As terras “griladas” passam ao controle dos novos “proprietários”.
- Empresários são pessoas ou empresas que adquirem enormes extensões de terra na Amazônia, algumas vezes com títulos de propriedade duvidosos.
- Jagunços são homens armados, contratados por grileiros, empresários ou empreiteiros para patrulhar suas terras e expulsar posseiros ou indígenas.
- Empreiteiros são pessoas que contratam os trabalhadores para as grandes fazendas. São também chamados de “gatos” ou intermediários.
- Peões são trabalhadores rurais, recrutados pelos “gatos”. Ganham baixos salários e, muitas vezes, trabalham sem carteira assinada, não se beneficiando dos direitos trabalhistas. Eles se iludem com promessas de um enriquecimento que nunca acontece e ficam sempre devendo ao patrão, não podendo deixar o emprego.

As estradas, como o eixo de Belém-Brasília e a Transamazônica, atraíram posseiros e grileiros para a Amazônia Oriental (“Bico de Papagaio”, o sul do Pará e o norte do Maranhão). Essas áreas se transformaram no principal foco de violência rural do Brasil, chamando a atenção de organizações de direitos humanos. Conceição do Araguaia (Pará), Tocantinópolis (Tocantins) e Imperatriz (Maranhão) ficaram conhecidas como centros de grilagem de terras.

As sociedades indígenas constituem o setor mais frágil e mais prejudicado com essa ocupação da Amazônia. Os índios são expulsos de suas terras pelos jagunços contratados por empresários, pelas hidrelétricas, pela derrubada da mata etc. A vida dos povos indígenas está ligada à terra e, sem ela, os grupos se desorganizam. Frequentemente, comunidades inteiras são mortas por doenças transmitidas pelos brancos.

Existiam cerca de 5 milhões de indígenas antes da colonização; hoje, há um pouco mais de 200.000, concentrados principalmente na Amazônia.

Com a introdução da economia moderna, o meio ambiente sofreu terríveis consequências, como a devastação da floresta por empresas madeireiras e pecuaristas.

Queimadas, desmatamentos, morte de índios, violência contra seringueiros e posseiros são fatos que passaram a ser discutidos em todas as partes do planeta. A destruição da Amazônia e os seus conflitos sociais passaram a ser condenados e o governo brasileiro passou a ter mais cuidado com a maior floresta equatorial do mundo.

A cada ano que passa, milhares de camponeses (posseiros e pequenos proprietários) são expulsos de suas terras. Eles tentam se organizar e resistir, mas são mortos durante conflitos armados. Os indígenas também são obrigados a sair das áreas que ocupam na Amazônia.

Por trás dessa situação de conflito, existem duas formas de se entender como se deve ser feita a ocupação da Amazônia.

Primeira forma: desenvolver a Amazônia significa derrubar a floresta, exterminar a fauna, acabar com os indígenas, expulsar os posseiros para organizar grandes fazendas e empresas de mineração ou de extração de madeira.

Segunda forma: preservação da Amazônia com a implantação de formas de crescimento econômico na região, sem comprometer o equilíbrio ecológico. Algumas propostas de desenvolvimento sustentável já vêm sendo praticadas com sucesso e, embora beneficiem uma pequena parcela da população, têm por mérito elevar o padrão de vida das pessoas envolvidas, sem provocar agressões ambientais ou destruição da cultura local.

Os seringueiros vivem em meio à floresta, onde as seringueiras nascem naturalmente, principalmente no Acre. O trabalho deles depende da conservação da mata e, quando ela é agredida, eles denunciam o fato às autoridades. As áreas de conservação ambiental não comprometem, em longa escala, o equilíbrio ecológico. Outros produtos, como a castanha-do-pará, o guaraná e o cacau, podem ser explorados economicamente, sem destruição da floresta.

Viveiros de tartarugas permitem a comercialização e a produção do animal, sem risco de extinção e desequilíbrio ecológico (1988).

O turismo é uma atividade que cresce na Amazônia. A floresta é a principal atração e precisa ser preservada. Recentemente, a pressão de organizações civis brasileiras e estrangeiras e a possibilidade de maior interferência no Governo Federal têm permitido ações mais efetivas no sentido de se ter uma gestão e fiscalização com preocupação quanto ao sistema natural amazônico, bem quanto aos povos tradicionais que aí vivem.

Desde a década de 1970, têm ocorrido vários conflitos entre os seringueiros e os fazendeiros que desmataram a floresta para vender a madeira e implantar projetos agropecuários.

Chico Mendes passou anos lutando pela criação de reservas extrativistas que garantissem a sobrevivência dos seringueiros e a preservação da mata. A sua proposta era a união dos chamados “povos da floresta” (seringueiros, indígenas e população ribeirinha).

Depois de denunciar às autoridades dezenas de áreas de desmatamento ilegal, ele passou a sofrer ameaças de morte. Em 1988, foi assassinado no quintal de sua casa. Esse crime teve repercussão internacional e Chico Mendes tornou-se símbolo da luta pela preservação da Amazônia e do modo de vida de sua população.

Existe também diferença sobre a ideia de propriedade: propriedade capitalista e especulativa, voltada para a obtenção de lucros a curto prazo, tendo a terra como mercadoria, e a comunal e familiar, em que a terra é fonte de vida, um meio de trabalho para o sustento da família ou da comunidade e, assim, procura-se conservar o meio ambiente para garantir a sobrevivência das pessoas.

Portanto, o processo histórico de construção do espaço geográfico brasileiro, o amazônico, até algumas décadas atrás sofreu menos interferência do trabalho do homem.

Com a expansão econômica, o alargamento das fronteiras agrícolas e os grandes projetos de exploração mineral, o meio ambiente começou a sofrer grandes consequências. Além de devastar a natureza, o crescimento econômico afetou a maioria da população que vive em condições precárias, sem ter acesso às riquezas exploradas.

Quer ver este material pelo Dex? Clique [aqui](#)

Exercícios

1. integração do espaço amazônico ao espaço nacional se deu no contexto das questões de fronteiras de políticas, no sentido do dinamismo pioneiro da integração. Essas fronteiras foram elementos fundamentais para a compreensão da geopolítica dos militares, que não apenas objetivavam a posse do vazio demográfico, mas representavam os interesses do governo brasileiro em manter sob sua influência uma grande área no interior do continente.

MELLO, N. A. *Políticas territoriais na Amazônia*. São Paulo: Annablume, 2006

No texto, são apresentados fundamentos da política de colonização de uma importante região brasileira, ao longo do período dos governos militares. Uma estratégia estatal para a ocupação desse espaço foi:

- a) Demarcação de reservas para preservação da floresta.
- b) Criação de restrições para exploração de recursos minerais.
- c) Adoção de estímulos para expansão de grupos econômicos privados.
- d) Concessão de incentivos fiscais para instalação da indústria automobilística.
- e) Construção de uma densa rede de transporte para escoamento da produção agrícola.

2. **Ciência hoje:** E a Amazônia?

Bertha K. Becker: Porque é uma fronteira: do povoamento no Brasil, da economia-mundo e, sobretudo, porque constitui o novo. A fronteira é um espaço não plenamente estruturado, potencialmente gerador de realidades novas (...). E nos últimos 50 anos muitas novas realidades têm sido geradas na Amazônia.

Trecho de entrevista da geógrafa Bertha K. Becker à Revista *Ciência Hoje*. Rio de Janeiro: SBPC, outubro de 2010. Vol. 46, p. 64

Sobre as novas realidades que foram geradas na Amazônia é correto afirmar que

- a) houve predomínio de ações preservacionistas (criando parques e estações ecológicas, por exemplo) que protegeram (e protegem) muito bem as formações vegetais da região.
- b) os investimentos em produção pecuária foram bem-sucedidos, do ponto de vista produtivo e do ambiental, e fizeram da região o maior centro produtor de carne bovina do mundo.
- c) as várias ações visando explorar o potencial de recursos naturais da região foram empreendidas, apesar de o potencial mineral imaginado não ter sido confirmado.
- d) houve um conjunto de ações visando a povoar grande parte da Amazônia e essa foi uma política de grande êxito no período citado.
- e) as ações que a Amazônia sofreu nessas últimas décadas foram diversas e complexas e várias delas geraram fortes conflitos de terra e, também ambientais.

3. O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia ensina indígenas, quilombolas e outros grupos tradicionais a empregar o GPS e técnicas modernas de georreferenciamento para produzir mapas artesanais, mas bastante precisos, de suas próprias terras.

LOPES, R. J. O novo mapa da floresta. Folha de S. Paulo, 7 maio 2011 (adaptado).

A existência de um projeto como o apresentado no texto indica a importância da cartografia como elemento promotor da

- a) expansão da fronteira agrícola.
 - b) remoção de populações nativas.
 - c) superação da condição de pobreza.
 - d) valorização de identidades coletivas.
 - e) implantação de modernos projetos agroindustriais.
4. A luta pela terra no Brasil é marcada por diversos aspectos que chamam a atenção. Entre os aspectos positivos, destaca-se a perseverança dos movimentos do campesinato e, entre os aspectos negativos, a violência que manchou de sangue essa história. Os movimentos pela reforma agrária articularam-se por todo o território nacional, principalmente entre 1985 e 1996, e conseguiram de maneira expressiva a inserção desse tema nas discussões pelo acesso à terra. O mapa seguinte apresenta a distribuição dos conflitos agrários em todas as regiões do Brasil nesse período, e o número de mortes ocorridas nessas lutas.



Brasil – Vítimas fatais de conflitos ocorridos no campo 1985-1996
Fonte: Comissão Pastoral da Terra - CPT

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. Revista Estudos Avançados. Vol. 15 n. 43, São Paulo, set./dez. 2001.

Com base nas informações do mapa acerca dos conflitos pela posse de terra no Brasil, a região

- a) conhecida historicamente como das Missões Jesuíticas é a de maior violência.
- b) do Bico do Papagaio apresenta os números mais expressivos.
- c) conhecida como oeste baiano tem o maior número de mortes.
- d) do norte do Mato Grosso, área de expansão da agricultura mecanizada, é a mais violenta do país.
- e) da Zona da Mata mineira teve o maior registro de mortes.

5. O Piauí forma, com os Estados do Maranhão, Bahia e Tocantins, a região denominada de MAPITOBA, uma área de expansão econômica e moderna. Destacam-se, entre as atividades desenvolvidas nesta região,
- a) grandes projetos de mineração com destaque para a extração de ferro e manganês.
 - b) a exploração de grandes jazidas carboníferas, devido ser uma área rica em hidrocarbonetos.
 - c) a instalação de um centro têxtil que se beneficia da grande produção algodoeira da região.
 - d) a construção de um pólo termelétrico, explorando o grande reservatório de gás natural encontrado na área.
 - e) a formação de uma fronteira agrícola em grandes latifúndios destinada à industrialização e à exportação de commodities.

6. A geração de eletricidade é uma necessidade para o desenvolvimento econômico e social do país. No entanto, a construção de usinas hidrelétricas pode causar enormes impactos ambientais. Com base nesse assunto, observe a figura que segue, a qual mostra a localização da usina de Belo Monte. Em seguida, assinale a alternativa que melhor se relaciona com os impactos negativos desse tipo de empreendimento.



Extraído de: http://eco4u.wordpress.com/2011/11/16/usina-de-belo-monte-algumas-vantagens-e-muitas-desvantagens-em-sua-realizacao/m_01/

- A obra implicará a relocação das populações tradicionais ribeirinhas, inundação de imensa área de floresta, que provocará a perda de espécies de plantas e animais, destruição de patrimônio arqueológico, dentre outros problemas socioambientais.
- As condições climáticas da Amazônia oriental não são propícias para a geração de hidreletricidade, pois, com os longos períodos de estiagem que são comuns nessa porção do país, o represamento do rio interromperá o fluxo d'água no trecho a jusante da usina.
- Por a área não ser povoada, os impactos negativos afetarão apenas a dinâmica natural, principalmente o transporte de sedimentos e a migração de espécies de peixes, além da inundação da floresta, comprometendo a flora e a fauna locais.
- Toda usina hidrelétrica produz impactos ambientais negativos, mas, apesar disso, a construção de megasusinas hidrelétricas, como Belo Monte, se justifica por seu impacto ambiental bastante localizado e pela otimização dos custos, já que os problemas ficam restritos a um único lugar.
- Os impactos negativos da construção de usinas hidrelétricas na Amazônia são mais de natureza técnica, por conta da grande distância com os centros de consumo de energia nas outras regiões, do que de natureza ambiental ou social.

7. No mês de maio de 2011, desabaram sobre a sociedade brasileira cenas de uma dupla violência: a violência contra a terra, com a aprovação do Código Florestal na Câmara dos Deputados, e a violência contra a pessoa humana, com os assassinatos dos líderes camponeses Maria do Espírito Santo da Silva e José Cláudio Ribeiro da Silva, que se opunham ao desmatamento na Amazônia.

Artigo de Dom Tomás Balduino publicado no portal Santa Catarina 24 horas, no dia 6/9/11, adaptado. Disponível em:

<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detailhe.jsp?id=79182>

O campo brasileiro está, historicamente, marcado por conflitos que envolvem interesses opostos dos diversos atores sociais. Os recentes fatos apresentados estão relacionados ao/à(s)

- a) oposição entre ambientalistas que aprovam o Código Florestal e ruralistas que exigem ampliação das áreas para produção.
 - b) ações que resultam em desmatamento e concentração fundiária, de um lado, e à defesa da floresta e da posse da terra pelos trabalhadores rurais, de outro.
 - c) ampliação da área de reserva legal defendida pelo agronegócio na Amazônia, em detrimento das áreas agrícolas destinadas ao pequeno agricultor.
 - d) expansão das áreas de preservação permanente (APP) nas margens dos rios, que favorecerá as comunidades extrativistas.
 - e) embate entre os trabalhadores rurais sem-terra que defendem o Código Florestal e os latifundiários que veem a reserva legal como obstáculo.
8. O homem do campo brasileiro, em sua grande maioria, está desarmado diante de uma economia cada vez mais modernizada, concentrada e desalmada, incapaz de se premunir contra as vacilações da natureza, de se armar para acompanhar os progressos técnicos e de se defender contra as oscilações dos preços externos e internos, e a ganância dos intermediadores. Esse homem do campo é menos titular de direitos que a maioria dos homens da cidade, já que os serviços públicos essenciais lhe são negados, sob a desculpa da carência de recursos para lhe fazer chegar saúde e educação, água e eletricidade, para não falar de tantos outros serviços essenciais.

SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. 7a edição. São Paulo: EDUSP, 2007, p. 41-42

Analisar o direito ao campo brasileiro na perspectiva democrática torna-se uma questão de grande complexidade para os cientistas sociais. Nesse sentido, é correto afirmar que:

- a) O processo de redemocratização possibilitou a conquista dos direitos sociais do homem do campo, com a extinção das condições de trabalho escravo.
- b) Os movimentos sociais de luta pela e na terra reivindicam a conquista dos direitos sociais da democracia na sua prática cotidiana.
- c) A implantação da política agrária pelo Estado Democrático de Direito socializou a estrutura da propriedade da terra no campo brasileiro.
- d) O aumento substancial da produtividade, do trabalho e emprego pelo agronegócio vem garantindo a cidadania ao homem do campo.
- e) Os povos e as comunidades tradicionais têm a propriedade da terra garantida em lei pelo direito histórico ao território para a reprodução social da vida.

- 9.** A luta pela terra no Brasil reflete o processo histórico de sua apropriação, ocupação e uso, desde a colonização até os dias atuais. Ao longo do tempo, verificaram-se vários conflitos pela posse da terra. Na segunda metade da década de 1980, houve aumento da violência no campo nas regiões brasileiras, decorrente
- a) da organização dos movimentos sociais em defesa da pequena propriedade e dos interesses dos migrantes.
 - b) da expansão dos latifúndios e do aumento da luta pela posse da terra por parte dos camponeses.
 - c) do apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) aos movimentos sociais de luta pela posse da terra.
 - d) da modernização da agricultura nas regiões Norte e Nordeste, o que provocou o aumento da luta pela posse da terra.
 - e) da elaboração de legislações federais contrárias às ocupações de terras pelos movimentos sociais.
- 10.** O Brasil possui uma estrutura fundiária caracterizada pela concentração da terra e pela existência de latifúndios, dos quais muitos improdutivos. Tal modelo é secular e foi implantado desde o início da colonização. Como forma de combate a essa estrutura fundiária excludente, vem se destacando nas últimas décadas a atuação:
- a) do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) que, através de ocupações de terras devolutas e latifúndios, principalmente os improdutivos, busca efetivar a reforma agrária e denunciar os crimes cometidos no campo;
 - b) da UDR (União Democrática Ruralista) que, como o próprio nome diz, visa democratizar o acesso dos camponeses à propriedade da terra, a fim de frear o processo de êxodo rural que vem caracterizando o Brasil;
 - c) do PT (Partido dos Trabalhadores) que, nos três primeiros anos do governo Lula, realizou um investimento maciço em programas de reforma agrária, erradicando a desigualdade e a violência no campo;
 - d) da CUT (Central Única dos Trabalhadores) que vem realizando uma série de greves com o objetivo não só de reivindicar melhores salários, mas também de sensibilizar a sociedade em relação à questão da reforma agrária;
 - e) da UNE (União Nacional dos Estudantes), que vem organizando uma série de movimentos de invasão de prédios públicos e de terras produtivas como forma de pressionar o governo a acelerar o processo de reforma agrária.

Gabarito

1. **C**

Na questão é abordada a formação e organização do território brasileiro, processos esses que sempre estiveram relacionados às atividades econômicas desenvolvidas no país. Nos governos militares foram criados órgãos e estratégias para ocupação da região Norte e proteção da fronteira. Nesse momento, foi estimulado o desenvolvimento econômico da região através da entrada de indústrias. Um exemplo, desse processo foi a criação da Zona Franca de Manaus.

2. **E**

Nas últimas décadas, o governo brasileiro incentivou a integração da Amazônia ao restante do país e sua articulação na economia global. Isto ocorreu com estímulos para a imigração e atividades econômicas (via SUDAM, SUFRAMA e Banco da Amazônia). Assim, houve um avanço da fronteira agropecuária, mineração, geração de energia, indústria e urbanização. Porém, o modelo foi concentrador de renda e trouxe problemas como conflitos fundiários envolvendo latifundiários, grileiros, posseiros, garimpeiros e populações tradicionais como indígenas e extrativistas.

3. **D**

Os mapas são instrumentos utilizados para mapear o espaço geográfico, onde são englobados aspectos naturais – dados pela natureza, como rios e florestas – e artificiais – construídos pelo Homem, como moradias e vias de deslocamento. A possibilidade de grupos tradicionais marcarem corretamente suas terras leva à uma maior preservação de sua cultura, de suas práticas e suas relações, valorizando suas identidades coletivas. Vale ressaltar que a demarcação não gera automaticamente a modernização de suas terras ou a superação da pobreza.

4. **B**

A questão exigia um conhecimento geográfico prévio da área onde o agronegócio e os conflitos fundiários tem a maior atuação. A região do bico do papagaio abrange os estados de Tocantins, Maranhão e Pará e representa no mapa oferecido pela questão, os índices mais expressivos de conflito por terra.

5. **E**

A região do Mapitoba é conhecida como a nova fronteira agrícola do Brasil, com o destaque do agronegócio. Apesar de apresentar uma infraestrutura ainda deficiente, apresenta a predominância de um relevo propício à mecanização, um regime favorável de chuvas e solo ideal para o crescimento da produção de grãos.

6. **A**

A questão mostra a localização da usina de Belo Monte e trata dos impactos decorrentes dela. Dentre estes destacam-se os impactos socioambientais.

7. **B**

A questão trata do novo Código Florestal aprovado no Brasil em 2012 e da morte de lideranças relacionadas à luta pela terra, cujos desdobramentos perpetuam o difícil acesso à terra e fortalecem ainda mais a luta dos trabalhadores do campo.

8. B

A questão relaciona a modernização da produção agrícola no meio rural com a dificuldade de inserção do pequeno agricultor neste novo cenário. Isso por sua vez motiva esse trabalhador a lutar pela realização dos seus direitos garantidos pela constituição e outros documentos legais.

9. B

A violência no campo brasileiro tem profunda relação com o histórico de formas de acesso à terra, que culminou em uma estrutura fundiária excludente, composta por latifúndios pertencentes à poucas pessoas e por outro lado muitos trabalhadores sem acesso à ela, que se veem assim impulsionados a lutar democraticamente por seus direitos.

10. A

O MST é um movimento organizado por trabalhadores rurais que objetivam lutar por reforma agrárias, visto que a estrutura fundiária brasileira é excludente.